

Apresentação

Matheus Gomes Mendonça Ferreira¹

Gustavo Paccelli²

O fim da democracia, no modelo clássico das transições políticas, pode ser evidenciado tanto através da ascensão do fascismo e do nazismo nos anos 30, além das ditaduras portuguesa e espanhola (entre as décadas de 30 e 70), quanto pelas tentativas triunfantes de golpes militares nos países latino-americanos entre os anos 60 e 70 do último século. Embora sejam casos muito diferentes, ambos têm em comum a dissolução da institucionalidade democrática e de sua normatividade. Dessa forma, o fim da democracia era compreendido através da dicotomia existência/ausência de instituições necessárias (mas não suficientes) para a democracia.

Como salientado por Juan Linz, na década de 1970, o fenômeno do fascismo, como um movimento de massa, com seu aparato ideológico, estilo, inventividade organizacional e bases sociais heterogêneas, foi resultado de um momento histórico bem particular, que se seguiu ao fim da I Guerra Mundial. Por outro lado, na América Latina pós década de 80, os regimes democráticos viviam com um constante receio do retorno dos regimes militares. Neste sentido, o período de transição foi um período de muitas incertezas sobre o processo de consolidação dos regimes democráticos. Contudo, como apontou Huntington (1994), a democracia estava passando por uma onda (terceira onda), caracterizada pela vitória do projeto democrático em vários países, inclusive os da América Latina. Os movimentos de (re) democratização da terceira onda asseguraram ao Ocidente a construção de uma institucionalidade democrática capaz de estabilizar e promover por muitos anos um processo de expansão democrática dos direitos de cidadania.

Cabe então questionar se a democracia da terceira onda seria o fim da história política ou haveria a possibilidade de ocorrência de uma terceira onda reversa. Caso esse novo processo de reversão democrática fosse real, quais ou como seriam os regimes de transição? Novos regimes autoritários e ou ditatoriais? Diminuição da participação e conseqüente crise da representação? Novas formas de participação que resistem aos arranjos institucionais? Ou, como o próprio título do dossiê aponta, possibilidades de contorno à crise?

¹ Doutorando pelo PPGCP UFMG. Pesquisador do Centro de Estudos do Comportamento Político (CECOMP – UFMG). Pesquisador financiado pela agência CAPES.

² Doutorando pelo PPGCSO UFJF.

Os diagnósticos são amplos, as análises também. Ao que tudo indica, as respostas são um tanto quanto inquietantes para se pensar o atual momento das democracias contemporâneas.

Caso podemos falar em morte, atualmente democracias podem morrer sem nenhum alarde, sem nenhuma revolução armada. Pelo contrário, a erosão da democracia é, para muitos, quase imperceptível. A grande questão trazida pelos analistas atuais é que a morte da democracia, ou então sua crise, ocorre sem que suas instituições sejam, de fato, subvertidas. Ponto que diverge, sobretudo aos aspectos elencados pelos teóricos da transição.

Essas perspectivas abrem olhar para um quesito ligado às crises democráticas, que são compreendidos não só nos elementos institucionais de manutenção do Estado de direito, mas nos elementos extra institucionais, como a tolerância, a contensão e a cultura política. Por tolerância, entende-se a aceitação e o respeito mútuo que os atores políticos cultivam entre si, cujos elementos se expressam também em uma cultura política democrática. Os elementos de contenção referem-se à ação de políticos ao fazerem uso de suas prerrogativas institucionais, evitando o chamado *jogo duro da constituição*. A relação entre esses elementos, assim como outros, que serão abordados no decorrer dos artigos que compõem esse dossiê, nos permitem pensar a crise atual da democracia em seus diversos contornos e possibilidades.

Ao longo do dossiê, o leitor terá contato com artigos que abordam a tolerância política no âmbito da opinião pública, entendendo-a por meio da percepção que os indivíduos têm de sua situação econômica e da situação econômica do país. Leituras sobre o radicalismo político brasileiro atual e sua relação com a democracia liberal, por intermédio de fatores ligados à perda de legitimidade da classe política e sua relação com a dinâmica de hegemonia do capitalismo globalizado. Contará com contribuições que tratam de uma leitura, via John Rawls, sobre a liberdade de expressão e o discurso de ódio. Um debate importante a respeito da representatividade, dos estereótipos e identidades, e as formas democráticas de luta e voz às margens da cidade. Ainda, se fazem presentes no dossiê interpretações a respeito da cultura política brasileira e os contornos dessa crise à luz de Florestan Fernandes.

No que tange aos contornos participativos e institucionais da democracia, o leitor terá contato com questões relevantes a respeito do papel das inovações democráticas em um processo de abertura do parlamento, com o objetivo torná-lo mais transparente e participativo, principalmente por meio do engajamento digital,

como o *crowdlaw*. Encontraremos também o paradoxo em torno das problemáticas envolvidas nas soluções oferecidas pelos modelos democráticos-liberal existentes e a possibilidade de pensar o real disruptivo da política na inconformidade com as formas institucionais presentes. Ainda, nessa mesma via de interpretação, veremos uma revisão bibliográfica importante, que amplia o escopo para além do isolacionismo institucional, realizando um esforço que converge os debates sobre substância/procedimento e representação/participação para pensar como e o que mantém as democracias vivas.

Por sua vez, encontraremos uma leitura conjuntural que lança luz sobre a crise que acometeu o Brasil desde 2013, com a finalidade de refletir sobre a forma de representação política vigente. Realiza-se uma crítica às teorias do *mainstream* da Ciência Política recorrendo ao exercício de pensar tal crise a partir de questões como a estrutura jurídico-política, econômica e ideológica atinentes ao fenômeno.

Sabemos, porém, que as análises e soluções para atual crise democrática não se esgotam nas seguintes linhas. O regime democrático é, certamente, um elemento de crises constantes, mas não devemos encará-lo como uma simples patologia aos dilemas e possibilidades da política. A política, antes, é a arena na qual as ideias estão em constante disputa. É necessário e urgente que transformemos o conteúdo dessas arenas em possibilidades diversas de interpretar essas crises. Neste sentido, esperamos que as leituras sejam proveitosas, incitem a imaginação e possam lançar luz sobre os dilemas democráticos dos dias atuais.